



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

﻿ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO QUARTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 29 dias do mês de abril de 2026. Às 15h30min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 2.891/2025 e 6.278/2025, de autoria dos Vereadores Cida Oliveira, Dr. Marcelo Condé, Laiz Perrut e Letícia Delgado, para tratar a situação do sistema carcerário no Município de Juiz de Fora. O Presidente Zé Márcio Garotinho registrou o recebimento de correspondência encaminhada pelo Senhor Alexandre da Cunha, Diretor Regional de Polícia Penal da 4ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp/Depen), na qual informa a impossibilidade de participação na presente audiência, em razão de compromissos institucionais previamente agendados, tanto por parte do subscritor quanto dos diretores das unidades prisionais desta comarca. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no *site* oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira disse que a situação do sistema prisional no Município de Juiz de Fora é de conhecimento público, não se tratando de ausência de informações, mas de falta de decisões políticas voltadas ao enfrentamento estrutural da questão. Apontou como principais problemas a superlotação das unidades prisionais, a situação das pessoas presas provisoriamente, as limitações no atendimento à saúde, bem como as condições de alimentação e acesso à água. Destacou, ainda, os impactos do sistema prisional sobre as famílias das pessoas privadas de liberdade, especialmente no que se refere às visitas, bem como a necessidade de maior atenção às mulheres privadas de liberdade, que, segundo relatado, recebem menor suporte familiar. Por fim, afirmou que os problemas apresentados possuem caráter estrutural, não podendo ser tratados como pontuais, ressaltando a importância da audiência como espaço de escuta, diálogo e construção de soluções, com a devida responsabilização do Poder Público. Passou-se para os convidados da Mesa. Com a palavra, a Senhora Raiana Costa, Advogada do Centro de Referência em Direitos Humanos, informou atuar diretamente nas demandas relacionadas ao sistema prisional, destacando a realização de visitas técnicas às unidades prisionais em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, bem como o atendimento contínuo à população e familiares. A oradora ressaltou que a superlotação constitui o principal problema estrutural do sistema, impactando diretamente áreas como saúde, alimentação e atendimento jurídico, além de afetar as condições de trabalho dos policiais penais. Destacou, com ênfase, a precariedade no atendimento à saúde nas unidades prisionais de Juiz de Fora, mencionando a insuficiência de profissionais para atender à demanda existente, especialmente diante do cenário de superlotação. Nesse contexto, defendeu a adesão ao Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (Pnaisp), como medida para viabilizar recursos e melhorar o atendimento. Apontou, ainda, dificuldades relacionadas ao acesso a medicamentos, os quais dependem de prescrição médica, bem como a necessidade frequente de escolta para atendimentos externos, em razão da insuficiência de assistência interna. Abordou também a questão do tratamento dispensado aos familiares, destacando que estes não devem ser penalizados pelas condições impostas pelo sistema, conforme previsto na legislação vigente, relatando a recorrência de demandas e reclamações recebidas pelo Centro de Referência. Por fim, ressaltou a importância do diálogo entre os atores envolvidos e da construção de soluções conjuntas, com vistas à melhoria das condições do sistema prisional e ao atendimento digno das pessoas



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

privadas de liberdade e de seus familiares. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal informou que não foi procurado para realizar qualquer tipo de defesa ou representação do sistema prisional, porém esclareceu que a ausência de representantes das unidades se deve ao fato de a audiência ter sido definida com pouca antecedência. Destacou que o sistema prisional enfrenta dificuldades relacionadas ao efetivo e à organização interna, o que inviabilizaria a liberação de Servidores de forma repentina para participação nessa audiência. Ressaltou ainda que, conforme informações recebidas, a ausência não decorreu de falta de interesse, mas de impossibilidade operacional diante das condições atuais do sistema. Por fim, considerou compreensível a situação, tendo em vista a definição da audiência em prazo exíguo, agradecendo a atenção. O Presidente esclareceu que a justificativa apresentada para a ausência já havia sido previamente registrada em ata, conforme correspondência encaminhada pelo Doutor Alexandre da Cunha, na qual informa a impossibilidade de participação em razão de compromissos institucionais das unidades prisionais. Com a palavra, a Senhora Michelle Leal, Advogada e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil da Subseção Juiz de Fora, relatou a recorrência e o agravamento dos problemas no sistema prisional, destacando questões como falta de higiene, precariedade estrutural e superlotação. A oradora apontou como fator agravante recente o aumento de transferências de pessoas privadas de liberdade de outras regiões para o Município, o que, segundo relatado, tem intensificado a superlotação e gerado impactos na dinâmica do sistema, inclusive com possíveis reflexos na segurança interna. Mencionou, ainda, preocupações relacionadas às políticas de disciplina adotadas, bem como à restrição de direitos das pessoas privadas de liberdade, destacando a necessidade de priorização de condições básicas, como alimentação e acesso à água. Solicitou o apoio dos Vereadores para atuação conjunta junto aos órgãos competentes, com o objetivo de revisar a política de transferências para o Município, especialmente no atual contexto, bem como reforçar a necessidade de investimentos na estrutura, com destaque para a melhoria das condições de alimentação. Por fim, ressaltou os impactos sociais decorrentes dessas medidas, inclusive para os familiares das pessoas privadas de liberdade, e reforçou a importância da adoção de providências para enfrentamento da situação. Com a palavra, a Senhora Paula Bruner, Coordenadora Local e Regional da Defensoria Pública de Minas Gerais, iniciou sua fala complementando as exposições anteriores, destacando três eixos principais relacionados ao sistema prisional. No que se refere às pessoas privadas de liberdade, ressaltou a superlotação das unidades, com destaque para o recebimento de mulheres oriundas de outras regiões, o que contribui para o agravamento da situação. Enfatizou, ainda, a necessidade urgente de adesão ao Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (Pnaisp), mencionando o aumento de demandas relacionadas à falta de assistência à saúde, especialmente no Ceresp, tendo, inclusive, sido formalizada comunicação recente à direção da unidade pela Defensoria Pública. Como segundo ponto, colocou a Defensoria Pública à disposição para atendimento das demandas, informando a estrutura de atuação voltada ao acompanhamento das pessoas privadas de liberdade, bem como às demandas de seus familiares, inclusive para análise de casos específicos. Por fim, destacou a sobrecarga enfrentada pelos policiais penais, em razão do efetivo reduzido e das condições de trabalho no sistema prisional, ressaltando a necessidade de atenção também a esse aspecto, diante dos impactos decorrentes da superlotação. Com a palavra, a Senhora Cíntia Toledo Miranda Chaves, Professora universitária, ressaltou a necessidade de um olhar mais humanizado sobre o sistema prisional, destacando que a problemática é histórica e amplamente conhecida por estudiosos da área. A oradora enfatizou que a discussão sobre a superlotação carcerária não pode ser dissociada de questões estruturais, como desigualdade social, política criminal, racismo estrutural e desigualdades de gênero, apontando a complexidade do tema. No âmbito das medidas possíveis em nível municipal, destacou a importância da adesão ao Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (Pnaisp), como forma de melhoria das condições básicas de saúde no sistema. Abordou, ainda, a necessidade de observância dos direitos fundamentais das pessoas



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

privadas de liberdade e de seus familiares, relatando situações de procedimentos considerados inadequados durante visitas, bem como a instabilidade nas regras aplicadas nas unidades prisionais. Por fim, ressaltou que o endurecimento das políticas no sistema prisional não tem apresentado resultados positivos, reiterando a necessidade de enfrentamento das causas estruturais e de garantia das condições mínimas de dignidade, agradecendo a oportunidade de manifestação. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado disse que a realidade do sistema prisional impacta diretamente a dinâmica social do Município, especialmente em razão do elevado número de unidades prisionais e da presença de familiares de pessoas privadas de liberdade. Apontou como fator relevante o aumento de transferências de pessoas de outras regiões para Juiz de Fora, destacando os impactos dessa prática na organização da cidade e nas políticas públicas locais. Defendeu a necessidade de implementação de uma política estruturada de atenção aos egressos, considerando que muitos permanecem no Município sem suporte adequado após o cumprimento da pena, o que gera reflexos sociais e demanda atuação do Poder Público municipal. Por fim, manifestou preocupação quanto à adesão ao Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (Pnaisp), destacando que, embora reconheça sua importância, é necessário avaliar os impactos financeiros e operacionais para o Município, tendo em vista que a responsabilidade pela política prisional é, primordialmente, do estado. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira destacou a relevância e a complexidade do tema em debate, mencionando a ausência de representantes das unidades prisionais na audiência, ainda que devidamente justificada. Ressaltou que as dificuldades enfrentadas no sistema prisional, como a falta de recursos e de efetivo, impactam diretamente na qualidade do atendimento e nas condições de trabalho dos profissionais, os quais, segundo relatado, também apresentam demandas e enfrentam limitações no exercício de suas funções. Manifestou concordância com apontamentos anteriores acerca dos impactos das transferências de pessoas privadas de liberdade para o Município, destacando os reflexos na dinâmica urbana e social, especialmente em regiões já afetadas por situações adversas. Sugeriu a realização de encaminhamento formal ao Governo do estado e à Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de solicitar a suspensão ou reavaliação das transferências para o Município, considerando o contexto local. Por fim, colocou-se à disposição para contribuir com futuras discussões e medidas voltadas à melhoria do sistema prisional, ressaltando a importância da continuidade do debate. Com a palavra, a Senhora Luana Groppo, Vice-Presidente do Conselho de Segurança Urbana e Cidadania, destacou a importância das falas anteriores, ressaltando os impactos do sistema prisional não apenas sobre as pessoas privadas de liberdade, mas também sobre a população e, especialmente, os familiares. A oradora pontuou aspectos relacionados ao efetivo do sistema prisional, informando que o Município possui número expressivo de policiais penais, embora haja preocupação com o adoecimento desses profissionais. Abordou a questão da saúde no sistema prisional, destacando a insuficiência de atendimento médico diante da superlotação das unidades, bem como a ausência de especialidades médicas adequadas, o que, segundo relatado, contribui para a sobrecarga do sistema público de saúde municipal, em razão da necessidade de atendimentos externos. Enfatizou, ainda, a necessidade de maior atenção ao tratamento dispensado aos familiares das pessoas privadas de liberdade, relatando situações de procedimentos inadequados durante as visitas, inclusive no que se refere à realização de revistas e à falta de preparo dos responsáveis pelo manuseio de equipamentos de inspeção. Sugeriu a realização de capacitação para os profissionais envolvidos nesses procedimentos, bem como a adoção de medidas que assegurem tratamento digno e humanizado aos visitantes. Por fim, reforçou a necessidade de maior atenção do Poder Público às demandas dos familiares, especialmente mulheres, destacando a recorrência de situações de vulnerabilidade enfrentadas por esse público. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que mantém contato constante com profissionais da Polícia Penal, ressaltando as dificuldades enfrentadas no sistema prisional, especialmente em razão da insuficiência de efetivo. Informou que há registros de pedidos de remoção de policiais penais indeferidos devido ao déficit de profissionais, evidenciando a



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

carência de pessoal nas unidades. Ressaltou, ainda, que o Município abriga um dos maiores complexos penitenciários do estado, o que amplia a demanda por Servidores. Mencionou a realização de concurso público para a área, porém avaliou que a medida ainda é insuficiente para suprir as necessidades existentes. Por fim, manifestou divergência quanto à avaliação de que não há falta de profissionais no Município, reiterando a percepção de insuficiência de efetivo no sistema prisional. Com a palavra, o Senhor Jhonatan Ferreira Tomaz, Secretário de Saúde, falou sobre a relevância do tema e a necessidade de atuação conjunta entre os órgãos envolvidos, ressaltando a importância da participação da Secretaria Estadual de Segurança Pública nas discussões, por se tratar do órgão responsável pela coordenação do sistema prisional. Informou que a Secretaria Municipal de Saúde tem atuado na temática em articulação com outros órgãos, porém relatou dificuldades de avanço nas tratativas diante da ausência de representantes com poder decisório nas reuniões realizadas. No que se refere à política de saúde no sistema prisional, destacou que, embora exista diretriz nacional, os recursos destinados ao Município são insuficientes para a plena execução das ações, não sendo viável a assunção integral da demanda pelo ente municipal. Relatou iniciativas em andamento, como tratativas junto a unidade hospitalar estadual para ampliação do atendimento às pessoas privadas de liberdade, especialmente nos casos que demandam escolta. Ressaltou que o Município presta atendimento dentro de suas possibilidades, sem discriminação, porém defendeu a necessidade de estruturação adequada do serviço de saúde no interior das unidades prisionais, com implantação de ambulatórios e reforço de equipes. Por fim, propôs a continuidade do debate em momento oportuno, com a participação dos órgãos competentes, visando à construção de soluções conjuntas para a melhoria do atendimento no sistema prisional. Com a palavra, o Senhor Evaldo Elias Pena Gavazza, Juiz Titular da Vara de Execuções Penais, iniciou sua manifestação destacando a complexidade do tema e a necessidade de compreensão das competências institucionais, ressaltando que o sistema prisional é de responsabilidade do estado e da União, não sendo atribuição direta do Município, embora este possa contribuir com ações complementares. Pontuou a importância de se realizar um diagnóstico adequado da situação, afirmando que o principal problema do sistema prisional é de natureza estrutural, abrangendo não apenas a infraestrutura física, mas também a organização e as políticas públicas envolvidas. Destacou a defasagem do sistema em relação à evolução da sociedade, mencionando a utilização de mecanismos ultrapassados nas unidades prisionais. Ressaltou que muitas medidas adotadas ao longo do tempo foram paliativas, não solucionando os problemas estruturais, caracterizando-se como avanços aparentes, mas ineficazes a longo prazo. Enfatizou que a Lei de Execução Penal já estabelece diretrizes suficientes, porém estas não são devidamente cumpridas, o que agrava a situação. Abordou o problema da superlotação carcerária, destacando que diversas unidades operam acima de sua capacidade, comprometendo a efetividade das políticas públicas e o atendimento adequado aos custodiados. Salientou ainda a existência de distorções na execução penal, com rigor na fase de condenação e flexibilização na fase de cumprimento da pena, em razão das limitações estruturais. Destacou a ausência de políticas públicas eficazes voltadas aos egressos do sistema prisional, o que contribui para a reincidência e para o aumento da vulnerabilidade social desse público. Mencionou, ainda, entraves burocráticos que dificultam a execução de melhorias, mesmo quando há disponibilidade de recursos financeiros. No que se refere às visitas, apontou a insuficiência da estrutura para atender à demanda de familiares, o que resulta em situações de tratamento inadequado. Ressaltou que a realização de revista vexatória é ilegal nos locais onde há *scanner* corporal, devendo ser coibida. Por fim, enfatizou a necessidade de atuação conjunta entre os entes federativos, sugerindo o fortalecimento de políticas locais, especialmente voltadas aos egressos, e a articulação institucional para cobrança de providências por parte do estado e da União. Colocou a Vara de Execuções Penais à disposição para colaborar com dados e propostas, reiterando seu compromisso com a busca de soluções para o sistema prisional. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, a Senhora Josileia da Silva, familiar de egresso do sistema prisional, relatou situações vivenciadas durante visitas às unidades prisionais,



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

destacando, inicialmente, o que classificou como tratamento opressor direcionado aos familiares. Informou que, mesmo após passar pelo equipamento de escaneamento corporal (*body scan*), foi submetida a abordagem física por agente, alegadamente em razão de identificação de suposta irregularidade, o que lhe causou constrangimento, especialmente pela presença de agente masculino nas proximidades. Ressaltou que tais situações não ocorreram de forma isolada, mas reiteradamente. Apontou dificuldades relacionadas às regras para entrada de alimentos, afirmando que a limitação de quantidade não atende às necessidades dos internos, sobretudo daqueles que recebem visita acompanhada de filhos. Questionou, ainda, a organização dos procedimentos de revista, relatando a presença de múltiplos agentes na fiscalização de itens, enquanto outros permaneceriam inativos, o que, em sua percepção, contrasta com alegações de insuficiência de pessoal. Relatou, também, caso envolvendo seu marido, que, segundo afirmou, permaneceu por três dias com febre sem atendimento médico adequado, tendo recebido apenas medicação paliativa, em razão da ausência de profissionais de saúde no sistema prisional. Mencionou, ainda, relatos de internas do anexo feminino acerca de condições inadequadas, incluindo suposto uso de *spray* no interior de cela, ausência de itens básicos de higiene, como absorventes, e restrições na entrada de produtos levados por familiares, com descarte parcial de itens como *shampoo*. Por fim, destacou que, em sua avaliação, tanto os familiares quanto as pessoas privadas de liberdade vêm sendo submetidos a tratamento inadequado, enfatizando que, apesar da condição de cumprimento de pena, os internos devem ser tratados com dignidade, incluindo o acesso à alimentação e condições mínimas de higiene. Passou-se para o segundo inscrito do público. Com a palavra, a Senhora Tereza Cristina Pereira, familiar de egresso do sistema prisional, iniciou sua fala agradecendo aos presentes pelo apoio às demandas relacionadas às pessoas privadas de liberdade. Relatou a situação de seu filho, que esteve custodiado no sistema prisional, mencionando que ele permaneceu por uma semana em estado febril sem atendimento adequado. Informou, ainda, que ele possui problemas cardíacos e psicológicos, o que agrava sua condição de vulnerabilidade. Destacou sua posição enquanto mãe e cidadã, solicitando maior atenção e respeito tanto aos familiares quanto às pessoas privadas de liberdade, enfatizando que estes não devem ser tratados de forma desumana. Ressaltou a necessidade de garantia de direitos básicos e melhores condições dentro do sistema prisional. Ao final, pediu compreensão pela emoção ao se manifestar e reiterou o apelo por mais respeito e dignidade no tratamento dispensado aos custodiados e seus familiares. Passou-se para o terceiro inscrito do público. Com a palavra, a Senhora Jéssica de Almeida, familiar de egresso do sistema prisional, informou que se manifestava também em nome de uma amiga que, naquele momento, não se encontrava em condições de falar. Relatou possuir experiência de aproximadamente 13 anos como visitante do sistema prisional, período no qual afirmou ter presenciado, de forma recorrente, falhas no tratamento dispensado aos familiares por parte de agentes penitenciários. Destacou que, em situações de revista, ao ser identificada alguma suspeita por meio de equipamentos de inspeção, os familiares seriam tratados de forma desrespeitosa. Afirmou que tais condutas ocorreriam em diferentes unidades, incluindo o Ceresp e a unidade prisional conhecida como PJEC, onde atualmente realiza visitas. No tocante à alimentação fornecida às pessoas privadas de liberdade, alegou que a qualidade seria inadequada, mencionando episódios de alimentos deteriorados. Questionou, ainda, a alegação de que agentes consumiriam a mesma alimentação disponibilizada aos custodiados. Relatou também que haveria rigor excessivo na aplicação de sanções disciplinares aos visitantes, com registros de ocorrências por motivos considerados banais, o que poderia resultar na suspensão do direito de visita. Acrescentou que, atualmente, a entrada de mantimentos estaria restrita a uma vez por mês, com limitação de volume, sendo que produtos excedentes poderiam ser descartados ou devolvidos. Por fim, narrou situação envolvendo a saída temporária de seu companheiro, afirmando que, apesar de autorização judicial, ele não teria sido liberado, sob alegação de atraso no retorno à unidade prisional. Segundo relatou, não obteve esclarecimentos satisfatórios junto aos responsáveis, mesmo após buscar auxílio jurídico, o que motivou questionamentos acerca



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

da garantia de direitos tanto das pessoas privadas de liberdade quanto de seus familiares. Passou-se para o quarto inscrito do público. Com a palavra, o Senhor Manoel Paixão dos Santos, representante da comunidade de egressos do sistema prisional, iniciou sua fala parabenizando a Vereadora Letícia Delgado pela participação em evento nacional voltado às temáticas sociais e políticas, destacando sua presença em encontro realizado em outras cidades. Em seguida, passou a abordar a questão da assistência à saúde no sistema prisional, apontando o que considerou como contradições nas informações prestadas, ora indicando ausência de atendimento médico, ora afirmando a existência de assistência integral aos custodiados. Relatou possuir longa trajetória de atuação junto ao sistema prisional, mencionando participação em diversas audiências públicas ao longo de mais de três décadas, sempre de forma voluntária. Destacou que sua atuação é motivada por princípios pessoais e religiosos, vinculados à teologia da libertação. Apontou, ainda, que a audiência pública em questão teria sido solicitada anteriormente, sem atendimento imediato, e criticou a ausência de representantes do sistema prisional para prestar esclarecimentos durante o debate. Ressaltou que, em sua avaliação, há recorrente falta de participação institucional em espaços de discussão pública sobre o tema. Por fim, mencionou sua atuação como representante da comunidade de pessoas privadas de liberdade e egressos, bem como sua participação anterior em conselho relacionado à execução penal, relatando que a composição teria sido posteriormente alterada por decisão do Poder Judiciário. Encerrando sua fala, destacou a importância de ampliar o espaço para manifestações que expressem a realidade vivenciada no sistema prisional. Passou-se para o quinto inscrito do público. Com a palavra, a Sra. Luana Miranda, representante da comunidade de egressos do sistema prisional, relatou a ocorrência de supostas violações de direitos fundamentais no sistema prisional de Juiz de Fora, especialmente no que se refere à integridade física e à saúde dos custodiados. Afirmou que, em sua avaliação, haveria descumprimento do dever estatal de assegurar condições adequadas de saúde e dignidade. Destacou que a assistência à saúde seria precária, mencionando o fornecimento inadequado de medicações e a restrição à entrada de medicamentos por familiares. Relatou situação pessoal envolvendo pessoa próxima com histórico de doença grave, apontando dificuldades no acesso a tratamento adequado, inclusive fora da unidade prisional. Ressaltou, ainda, a importância de garantia de direitos básicos, como acesso à saúde, alimentação adequada, bem como oportunidades de trabalho e estudo para as pessoas privadas de liberdade, visando à progressão de regime e à ressocialização. Por fim, manifestou expectativa de que as discussões realizadas na audiência pública resultem em encaminhamentos efetivos, destacando que a solução das problemáticas apresentadas depende da atuação conjunta de diferentes esferas e órgãos responsáveis. Passou-se para o sexto inscrito do público. Com a palavra, o Senhor Josevander Facchim, Advogado, iniciou sua fala destacando a necessidade de que as discussões realizadas não se limitem ao campo do debate, mas resultem em medidas concretas e efetivas em benefício das pessoas privadas de liberdade, apontadas por ele como as mais prejudicadas pela atual situação. Ressaltou que os familiares acabam sendo impactados diretamente, assumindo, muitas vezes, responsabilidades que, por lei, competiriam ao estado. Disse que a legislação vigente já estabelece de forma clara os direitos das pessoas privadas de liberdade, entendendo que, caso tais normas fossem devidamente cumpridas, não haveria necessidade de reiteradas discussões sobre o tema. Reconheceu a atuação do Poder Judiciário na tentativa de adequação do sistema às exigências legais, inclusive por meio de normativas específicas. No tocante à alimentação, relatou ter tomado conhecimento de situações em que, mesmo diante de indícios de inadequação dos alimentos, estes ainda assim seriam disponibilizados aos custodiados, cabendo a estes recusá-los. Avaliou que, em tais casos, deveria haver substituição imediata dos alimentos impróprios para consumo. Abordou também questões relacionadas às visitas, mencionando o descumprimento de horários previamente estabelecidos, o que, segundo relatou, reduz o tempo de convívio entre familiares e custodiados. Em relação às visitas íntimas, apontou limitações estruturais, informando que espaços destinados a essa finalidade estariam sendo utilizados para outras demandas, o que inviabilizaria sua realização. No



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

campo da saúde, destacou a insuficiência de atendimento adequado nas unidades prisionais, mencionando, inclusive, a atuação de profissional médico cuja especialidade não atenderia plenamente às demandas gerais dos custodiados. Observou que tal situação poderia mascarar a real precariedade do atendimento. Pontuou, ainda, que, embora a responsabilidade constitucional recaia majoritariamente sobre o estado, o conceito de "estado" abrange os entes federal, estadual e municipal, defendendo que o Município poderia contribuir dentro de suas possibilidades. Citou como exemplo ações de apoio estrutural, como melhorias em áreas externas das unidades. Relatou também preocupações com condições sanitárias e de saúde no interior das unidades, mencionando casos de doenças e dificuldades no acesso à água e no acesso a medicamentos, inclusive quando levados por familiares com prescrição médica. Sugeriu a ampliação da atuação do Poder Público municipal no apoio à assistência à saúde no sistema prisional. Por fim, reiterou a necessidade de adoção de medidas práticas e integradas entre os entes públicos, de modo a garantir condições dignas e o efetivo cumprimento dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal informou que, segundo parâmetros do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), há uma média aproximada de 5,4 presos por policial penal, o que indicaria a necessidade de ampliação do quadro de profissionais. Ressaltou que há aposentadorias anuais na categoria e ausência de novos concursos desde o ano de 2021, o que, segundo ele, contribui para o déficit de efetivo. Acrescentou que, em algumas unidades, há policiais atuando mediante convocação para cumprimento de horas extras, em razão da insuficiência de Servidores. Na sequência, mencionou que, desde o início do ano, foram registradas diversas ocorrências de tentativas de ingresso de materiais ilícitos no sistema prisional, destacando a importância dos procedimentos de revista, especialmente quando há indicação de irregularidades por meio de equipamentos de detecção. Nesse contexto, ponderou que tais medidas são necessárias para a segurança do ambiente prisional, ainda que possam gerar constrangimentos aos visitantes. O Vereador reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos familiares de pessoas privadas de liberdade, mas enfatizou que os procedimentos de segurança são inerentes ao funcionamento do sistema e visam resguardar não apenas os policiais penais, mas também os próprios custodiados. Prosseguindo, relatou experiências anteriores na área de Segurança Pública, destacando que abordagens e revistas são medidas que, embora constrangedoras, são necessárias no exercício da função. Reforçou que os profissionais da segurança atuam sob risco e necessitam garantir sua integridade física durante o trabalho. Ainda em sua fala, abordou a questão estrutural relacionada ao atendimento de presos em unidades de saúde, mencionando a existência, em períodos anteriores, de espaço específico de segurança no Hospital de Pronto Socorro (HPS), destinado ao atendimento de custodiados, o qual teria sido desativado, gerando preocupações quanto à segurança de profissionais e pacientes. O Vereador também mencionou discussões anteriores sobre a melhoria da logística de alimentação no sistema prisional, incluindo a possibilidade de instalação de estruturas internas para preparo de alimentos, com o objetivo de minimizar problemas relatados quanto à qualidade das refeições. Ao final, destacou a complexidade da situação, afirmando que tanto familiares quanto policiais penais enfrentam dificuldades no cotidiano do sistema prisional, e que os desafios decorrem, em grande medida, da necessidade de conciliar segurança, dignidade e condições adequadas de funcionamento das unidades. Reiterou que os procedimentos de segurança continuarão sendo adotados, em razão das exigências institucionais e dos riscos inerentes ao ambiente. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado falou sobre a necessidade de investimento adequado em segurança pública, afirmando que não há efetividade sem recursos suficientes. Ressaltou que o desinvestimento impacta diretamente tanto as forças de segurança quanto as políticas de prevenção e as condições de atendimento às pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Mencionou, ainda, a redução orçamentária no estado de Minas Gerais nos últimos anos, apontando reflexos negativos em programas de prevenção e nas condições de trabalho dos profissionais da área. Em seguida, enfatizou a importância de políticas de prevenção, com destaque para a necessidade de implantação de uma política municipal



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

voltada ao egresso do sistema prisional. Defendeu a criação de estruturas de acolhimento, como a chamada "casa do albergado", observando que a ausência de suporte ao egresso contribui para a reincidência criminal. Ressaltou que tais políticas devem ser planejadas considerando estrutura, custeio e funcionamento adequado. No terceiro ponto, abordou a questão da alimentação no sistema prisional, classificando como grave a recorrência de denúncias sobre a má qualidade dos alimentos fornecidos. Destacou que se trata de serviço contratado pelo estado, devendo ser prestado com qualidade, e informou que já foram encaminhadas representações sobre o tema. Mencionou, ainda, a perspectiva de implantação de cozinhas dentro das unidades prisionais, como medida para melhoria da qualidade da alimentação e garantia de direitos, inclusive com possibilidade de remição de pena. Por fim, ressaltou a necessidade de tratar a pauta com humanidade, destacando que a função do estado não se limita à punição, mas também à ressocialização. Enfatizou que as pessoas privadas de liberdade possuem direitos garantidos pela legislação e que o sistema deve buscar sua reintegração à sociedade em melhores condições. Também reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do sistema prisional, defendendo que as políticas públicas contemplem tanto os Servidores quanto os custodiados e seus familiares. Ao encerrar, colocou seu mandato à disposição para contribuir com o avanço das discussões e construção de soluções voltadas à melhoria do sistema prisional, com dignidade e responsabilidade. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, a Senhora Raiana Costa, Advogada do Centro de Referência em Direitos Humanos, abordou o Programa de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (Pinasp), esclarecendo que se trata de uma política que vem sendo construída ao longo dos últimos anos e que já foi objeto de reuniões técnicas entre órgãos competentes. Destacou que os valores frequentemente divulgados não refletem, necessariamente, a realidade local, uma vez que cada unidade possui especificidades próprias. Informou, ainda, que discussões envolvendo a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Justiça já foram iniciadas, mas não tiveram continuidade, manifestando a necessidade de retomada do diálogo institucional, com apoio do Poder Legislativo. No segundo ponto, apresentou sua trajetória na área da execução penal, relatando atuação desde o ano de 2017 e destacando a experiência adquirida ao longo do período. Ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, especialmente no acompanhamento da população carcerária e de egressos, tanto na perspectiva de fiscalização quanto na promoção e proteção de direitos. Nesse contexto, informou que a instituição realiza visitas às unidades prisionais, elabora relatórios a partir de denúncias recebidas e busca encaminhamentos para solução das demandas identificadas. Mencionou também a realização de atendimentos jurídicos nas unidades, bem como o desenvolvimento de projetos voltados à população privada de liberdade, incluindo iniciativas específicas para mulheres e outras ações ao longo dos últimos anos. Por fim, destacou a destinação de emenda parlamentar para a implementação de curso profissionalizante no pavilhão destinado à população LGBT, ressaltando a importância de ações concretas de inclusão e ressocialização. Com a palavra, a Senhora Luana Groppo, Vice-Presidente do Conselho de Segurança Urbana e Cidadania, disse reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos policiais penais, destacando que se trata de uma categoria que também demanda atenção quanto às condições de trabalho e saúde. Contudo, ponderou que a questão central não se limita ao adoecimento desses profissionais, mas envolve a análise do efetivo disponível e a necessidade de compreender as razões pelas quais parte dos Servidores não se encontra em atividade. Nesse sentido, questionou a divergência entre a alegação de déficit de efetivo e a ausência de abertura de vagas específicas para o Município de Juiz de Fora em concursos públicos, apontando a necessidade de maior transparência quanto à distribuição e utilização do quadro de pessoal. Prosseguindo, ressaltou que a insuficiência de efetivo é uma realidade presente em diversas unidades prisionais do país, não sendo uma situação exclusiva do Município, e defendeu a necessidade de aprofundamento do debate junto aos órgãos competentes para identificação das causas e possíveis soluções. Em outro ponto, abordou a questão dos procedimentos de revista realizados com visitantes, afirmando que, diante de suspeita de ingresso de material ilícito, os



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 29/04/2026 ATA APROVADA

protocolos adequados seriam o impedimento da entrada, o retorno do visitante ou o encaminhamento às autoridades competentes, não sendo admissível a realização de revista íntima vexatória. Destacou que tais práticas configuram violação de direitos fundamentais, especialmente no caso de mulheres, que frequentemente se encontram em situação de maior constrangimento, inclusive na presença de familiares e agentes. Ressaltou, ainda, que esse tipo de procedimento já foi objeto de questionamento no âmbito do Poder Judiciário. Ao final, reiterou a necessidade de revisão dos procedimentos adotados nas unidades prisionais, de forma a garantir o respeito aos direitos humanos dos visitantes, solicitando providências para que a situação relatada seja devidamente apurada e solucionada. Com a palavra, a Vereadora Cida Oliveira mencionou a importância da realização de nova reunião para dar continuidade aos encaminhamentos. Citou, como exemplo, a experiência de Ubá, onde iniciativa semelhante foi acolhida e está em execução, ressaltando a relevância de implementação de medidas análogas em Juiz de Fora. A Vereadora registrou apreciação pelas contribuições do Doutor Evaldo, destacando que sua fala evidenciou a necessidade de avançar do debate para ações concretas. Nesse sentido, pontuou duas propostas apresentadas: a ampliação da assistência ao egresso e o restabelecimento da Casa do Albergado, considerando tais medidas como metas prioritárias a serem encaminhadas a partir da presente audiência. Ainda, abordou a questão da construção de unidade de cozinha no sistema prisional, destacando que, embora haja recursos disponíveis para a execução da obra, entraves burocráticos têm impedido o avanço do projeto. Sugeriu, portanto, a elaboração de representação por parte da Câmara Municipal junto ao Governo do estado, com o objetivo de solicitar maior celeridade na liberação dos recursos e na implementação da iniciativa. Por fim, agradeceu a participação de todos os presentes, ressaltando a importância do debate realizado e reafirmando o compromisso coletivo com a continuidade da pauta, enfatizando a necessidade de mobilização constante em prol das demandas apresentadas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 17h58min. Estiveram presentes: Tadeu David, Secretário de Segurança Urbana e Cidadania; Malu Salim, Secretária de Assistência Social; Maria Aparecida Coelho, Representante da Defensoria Pública de Juiz de Fora; Dra. Raiana Costa, Advogada do Centro de referência em Direitos Humanos; Dra. Michelle Leal, Advogada e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil; Subseção Juiz de Fora; Dra. Paula Bruner, Coordenadora Local e Regional da Defensoria Pública de Minas Gerais; Cintia Toledo Miranda Chaves, Professora Universitária; Dra. Luana Groppo, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Segurança Urbana e Cidadania; Jhonatam Ferreira Tomaz, Secretário de Saúde; Doutor Evaldo Elias Pena Gavazza, Juiz Titular da Vara de Execuções Penais. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado) e Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de maio de 2026.

José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal

João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

